

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.408.878 - SP (2018/0318125-4)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL**  
**AGRAVADO : BALBINO FUNDACOES LTDA**  
**ADVOGADO : LUIS GUSTAVO NEUBERN - SP250215**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão denegatória de recurso especial interposto pela FAZENDA NACIONAL que trata da incidência, entre outros temas, da contribuição previdenciária sobre a rubrica paga a título de terço constitucional de férias.

Passo a decidir.

A questão jurídica referente à natureza jurídica do terço constitucional de férias, indenizadas ou gozadas, para fins de incidência da contribuição previdenciária patronal, teve a repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 985 (RE 1.072.485/PR).

Encontrando-se o tema afetado à repercussão geral, esta Corte orienta que os recursos que tratam da mesma controvérsia devem aguardar o julgamento do paradigma representativo no Tribunal de origem, viabilizando, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelo art. 1.040 do CPC/2015.

A esse respeito, confirmam-se os seguintes precedentes: EDcl no REsp 1.456.224/MS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 05/02/2016; AgRg no AgRg no AREsp 552.103/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 28/11/2014; e AgRg no AREsp 153.829/PI, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 23/5/2012. Nesse mesmo sentido, as seguintes decisões monocráticas: REsp 1.588.019/GO, Rel. Min. Regina Helena Costa, DJe 17/03/2016; REsp 1.533.443/RS, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 17/03/2016.

Após realizada essa providência, que representa o exaurimento da instância ordinária, é que o recurso especial da Fazenda Nacional deverá ser encaminhado para esta Corte para serem analisadas as questões jurídicas neles suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

Essa medida visa evitar, também, o desmembramento do apelo especial e, em consequência, eventual ofensa ao princípio da unirrecorribilidade ou da unicidade recursal.

Ante o exposto, DETERMINO a devolução dos autos ao Tribunal de origem com a sua respectiva baixa, para que, após a publicação do acórdão proferido no recurso representativo da controvérsia e em observância ao art. 1.040 do CPC/2015, negue seguimento ao recurso, caso a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pelo

# *Superior Tribunal de Justiça*

Tribunal Superior e proceda ao juízo de retratação, na hipótese de o acórdão vergastado divergir da decisão sobre o tema repetitivo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator